

Poder Popular

Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 47 7 Julho de 1976 Preço 4\$00

GRANDE VOTAÇÃO NA CANDIDATURA POPULAR



800 000
portugueses
em
liberdade
condicional!

**Eanes não recolheu os votos
nem de metade do eleitorado!**
— Presidente da República
eleito por uma minoria...

A votação de O. Pato:
— o povo não embarcou
na candidatura divisionista do PCP!

Unidade Popular em marcha!
— Congresso dos GDUP's
no fim do Verão!



Resolução
do Comité Central do MES
na sua reunião de 3 e 4 de Julho
AS TAREFAS ACTUAIS
E O PAPEL DO MES

Quinta-feira
Terreiro do Paço
MANIFESTAÇÃO
Pela resolução do
caso Fausto Cruz



CURSOS DE FÉRIAS

O MES, através do seu Serviço de Intercâmbio Político e Cultural (SIPC), vai realizar durante o período de férias uma série de cursos acerca dos acontecimentos que o 25 de Abril veio iniciar no nosso país e da experiência, rica de ensinamentos, que estes dois anos trouxeram e que é dever militante expandir para além das nossas fronteiras.

Subordinados ao título «O Processo Revolucionário em Portugal» o seu esquema de funcionamento será o seguinte:

- 1.º Turno 19 Julho (2.ª feira) a 30 Julho (6.ª feira)
- 2.º Turno 2 Agosto (2.ª feira) a 13 Agosto (6.ª feira)

HORÁRIO E FUNCIONAMENTO

Os cursos de cada turno funcionarão separadamente em inglês e francês, sendo as actividades exteriores em comum;

cada curso constará de 3 sessões diárias e de algumas visitas a fábricas, bairros populares, sindicatos, etc., incluindo diálogos com dirigentes operários e militantes de base, comissões de moradores e de trabalhadores, etc.

no fim de semana intercalar será efectuada uma visita de estudo de dois dias a cooperativas agrícolas das regiões de Setúbal e Beja, permitindo contacto directo com algumas experiências da Reforma Agrária;

no final de cada curso está previsto um debate com um elemento do Comité Central do M.E.S.;

para além das matérias programadas, poderão ser abordadas outras, sugeridas pelos inscritos, caso se verifique a sua viabilidade;

está prevista a projecção de filmes e de diapositivos;

no final de cada curso poderá ser organizada uma excursão de vários dias ao Norte do País, se houver número suficiente de interessados, que fun-

cionará como actividade suplementar;

as condições de inscrição não incluem alojamento nem alimentação.

BIBLIOGRAFIA

Serão fornecidos no início de cada curso textos em inglês e francês referentes às principais matérias.

INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As inscrições poderão fazer-se desde já, admitindo-se a sua entrada até à data do início de cada curso. Fica porém estabelecido um número máximo de 30 inscrições por curso, em cada idioma, dando-se prioridade às inscrições recomendadas por organizações políticas, sindicais e culturais.

O custo de inscrição é de 2.300\$00, ou o seu equivalente, de acordo com a tabela anexa, podendo fazer-se o seu pagamento em moeda estrangeira.

No acto da inscrição será pago metade do custo total.

O envio de fichas de inscrição ou o pedido de informações deverá ser feito para: SIPC/MES — Av. D. Carlos I, 128 — Lisboa-2 — Portugal — Tel. 607127/607128.

O pagamento da inscrição pode ser feito por meio de vale postal ou cheque bancário, em nome do MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA.

LE
PROCESSUS
REVOLUTIONNAIRE
AU
PORTUGAL
1974-76

Cours de Vacances
été 1976

19/30 JUILLET
2/13 AOUT

SIPC

Serviço de Intercâmbio Político e Cultural

PLANO DE MATÉRIAS

1. Estrutura sócio-económica de Portugal
2. Antecedentes do 25 de Abril
3. O processo revolucionário
4. As principais frentes parcelares de luta

Poder Popular Poder Popular

Atendendo ao período do ano que se avizinha e particularmente a necessidades internas de reajustamento organizativo, o «Poder Popular» não sairá até ao final do mês de Setembro com a periodicidade semanal que tem mantido quase ininterruptamente desde o seu primeiro número.

Tomará durante os meses de Julho e Agosto a periodicidade quinzenal sendo qualquer outra alteração comunicada futuramente nas próprias páginas do Poder Popular.

Para esta alteração pedimos a compreensão de todos os nossos leitores e assinantes com a garantia de uma melhoria substancial da qualidade do «Poder Popular» e dos serviços que suportam a todos os níveis a elaboração.

CAMPANHA DE FUNDOS

Prosseguimos a publicação dos resultados da campanha de fundos em marcha em apoio do Poder Popular. No entanto, há que afirmá-lo, o nosso jornal permanece com sérias dificuldades económicas.

O teu esforço militante, o teu apoio revolucionário, são indispensáveis.

A superação destas graves dificuldades é condição indispensável para que o órgão do MES possa manter a sua publicação, cumprindo as importantes tarefas que, neste momento mais do que nunca, lhe cabem.

Transporte 19 000\$00.

VALE FORMOSO

António Campos, 20\$00; Francisco Proença, 20\$00; Jorge Antunes, 10\$00; José Carlos, 10\$00; Luis Pereira, 20\$00; Manuel Gomes, 10\$00; Francisco Carmo, 10\$00; Anónima, 10\$00; H., 20\$00.

OVAR

José António, 50\$00; Manuel Pinho, 20\$00; António Silva, 20\$00.

PORTO

Manuel Fernandes, 50\$00; Manuel Guimarães, 10\$00; José Abelhas, 10\$00; Carlos Augusto, 20\$00; António Lopes, 20\$00; Fernando, 20\$00; João Silva, 20\$00; Fernanda Regina,

10\$00; João Pinto, 20\$00; António Barbosa, 20\$00; Maria Isabel, 20\$00; P., 50\$00; Lima Bastos, 50\$00; Fernando, 20\$00; Elisio, 10\$00; António Silva, 10\$00; António Sousa, 10\$00; Domingos de Jesus, 10\$00; José Pereira, 5\$00; Gil dos Santos, 5\$00; Mário Silva, 5\$00; Maria Loureiro, 10\$00; Mário Roque, 10\$00; Augusto e Silva, 20\$00; Aberto Martins, 50\$00; Domingos Passos, 10\$00; Manuel Gomes, 10\$00; José de Sousa, 20\$00; Eduardo Saldanha, 7\$50; José Vieira, 20\$00; Alberto Castro, 50\$00; D.S., 50\$00; A. Jorge, 10\$00; José Dias, 10\$00; Guilherme Costa, 50\$00; J. Ivo, 20\$00; José Bastos, 20\$00; Luis Araújo, 100\$00; Rui Pinto, 100\$00; José Marques, 50\$00; José Nunes, 50\$00; Rui Manuel, 100\$00; Luis Gaspar, 100\$00; Anónimo, 80\$00; José Braga, 50\$00; M. Mesquita, 40\$00; Ilegível, 80\$00; Ze dos Palmares, 70\$00; Júlio César, 100\$00; Novo, 100\$00; M. António, 100\$00; Isabel Godinho, 50\$00; Júlio Pereira, 50\$00; Ilegível, 50\$00; Carlos, 20\$00.

FIGUEIRA DA FOZ

Rias, 20\$00; Pata, 20\$00; Alina, 20\$00; Paulino, 20\$00; Graça, 10\$00; Albertina, 2\$50; Emília, 5\$00; Pelo Poder Popular, 20\$00; Tito, 20\$00; Arlindo, 10\$00; Cacarola, 40\$00; Seica, 20\$00; Agostinho, 40\$00; Contribuinte, 20\$00; Simpatizante, 10\$00; Simpatizante, 16\$00; António Simões, 1\$00; São Pedro, 20\$00; Carlos Saraiva, 10\$00; Marques, 161\$50.

LISBOA

J.M. Lopes, 1\$00; Xico Gaiil, 2\$50; Durval, 6\$00; Manuela, 12\$50; Pedro Teixeira, 5\$00; Carracedo, 2\$50; João Grilo, 1\$00; Fernando, 2\$50; Vasco Rosa, 5\$00; Manuela, 5\$00; Augusto, 5\$00; Paulo Trigo, 5\$00; Maria J. Costa, 10\$00; Paulo Mourão, 50\$00; Isabel Silva, 25\$00; Olímpia Madeira, 5\$00; 3 trabalhadores da DSF, 30\$00; Núcleo de Progressistas da Caixa dos Serviços Médico-Sociais, 5\$00; M. Guiomar/António, 20\$00; Maria Teresa, 20\$00; Odete, 20\$00; 2 camaradas, 30\$00; Gu, 50\$00; Jo, 20\$00; Ba, 25\$00; Ta, 100\$00; Va, 100\$00; Gi, 50\$00; Lou, 80\$00; Te, 60\$00; Ana Páscoa, 20\$00; José dos Santos, 20\$00; Maria Alice, 5\$00; Ana Garcia, 5\$00; Maria Ramos, 5\$00; Angelo Sousa, 20\$00; José B., 7\$50; M. Esteves, 20\$00; Maria Bernardino, 10\$00; Maria E. Costa, 20\$00; Maria Galvão, 10\$00; José Justino, 10\$00; Fátima Matilde, 20\$00; Adelino Toscano, 10\$00; Ilegível, 20\$00; Maria Oliveira, 11\$00; Maria Martins, 10\$00; Etelevina Saldanha, 20\$00; Maria Tavares, 100\$00; Alves, 20\$00; Elias Silva, 20\$00; Mário Lima, 5\$00; José Páscoa, 50\$00; Ilegível, 20\$00; Ilegível, 20\$00; Graça, 5\$00; Mário, 10\$00; Carlos Alberto, 10\$00; Avante com o Poder Popular, 20\$00; J. C., 50\$00; Um trabalhador comunista, 5\$00; Luisa, 20\$00; M.S., 10\$00; Xosto, 10\$00; Gaspar, 20\$00; Carlos, 10\$00; Helder Mota, 5\$00; Gualter, 10\$00; Maria Teresa, 20\$00; Silva Relvas, 20\$00; Ilegível, 20\$00; Viva o comunismo, 10\$00; Morte à burguesia, viva o Poder Popular, 10\$00; Avante com o Poder Popular, 10\$00; José Antunes, 100\$00; Carlos Mendonça, 50\$00; Fernando Gonçalves, 100\$00; Godinho, 20\$00; João Santos, 20\$00; Miranda, 20\$00; Abílio Santos, 50\$00; José M. Castro, 20\$00; José da Luz, 20\$00; Viva o Poder Popular, 50\$00.

24.481\$80.

Serviços de Livros e Edições do MES — SLEMES

CADERNOS DO MES

- 1 — CONTROLO OPERÁRIO / PODER POPULAR
- 2 — A LUTA DE CLASSES A ESCOLA MUNDIAL
- 3 — FRENTE DE LUTA NAS FORÇAS ARMADAS 6\$00
- 4 — 25 de ABRIL DE 1974/25 DE NOVEMBRO DE 1975 — 19 MESES DE LUTA — 15\$00



CADERNOS DO SLEMES

- 1 — PODER POPULAR — Um projecto politico? D. Oliveira e M. Vieira — 35\$00
- 2 — O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR EM MOÇAMBIQUE Samora Machel — 35\$00
- 3 — CRISE, PROGRAMA E NOVA OPOSIÇÃO Lúcio Magri — 30\$00
- 4 — A QUESTÃO DO IMPERIALISMO EM V.I. LENINE E ROSA LUXEMBURGO Christian Palloix — 30\$00
- 5 — LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL Paul M. Sweezy — 30\$00
- 6 — PERSPECTIVAS SOBRE A COMUNA E A I INTER-NACIONAL EM PORTUGAL Jacinto Rodrigues — 35\$00



FORA DE COLEÇÃO

ANTES MORRER DE PÉ DO QUE TODA A VIDA DE JOE-LHOS de António Albino Machado

PELO SONHO NÃO VAMOS LA de Martinho Marques

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS — três lições

Comunicado do Comité Central do MES

As eleições para a Presidência da República vieram confirmar as dificuldades que a burguesia encontra na reconstrução do seu poder a todos os níveis da sociedade, no caminho que lhe foi aberto pelo golpe militar reaccionário do 25 de Novembro.

Com as Forças Armadas a caminho da profissionalização, após a expulsão de milhares de soldados e o afastamento de centenas de sargentos e oficiais progressistas dos seus lugares, com as polícias e os tribunais a funcionar em força contra o povo trabalhador, a burguesia buscava nestas eleições juntar à força da repressão a força do voto para garantir o triunfo do projecto de recuperação capitalista.

Sofrendo já na carne os efeitos da única política que a burguesia tem para lhe oferecer, o povo trabalhador encarou estas eleições buscando resposta aos seus problemas mais imediatos, por um lado e o caminho para construir a força necessária para se opor vitoriosamente ao fascismo e à recuperação capitalista, por outro lado. Assim foi possível a grande campanha política de massas da candidatura de unidade popular de Otelo Saraiva de Carvalho. Assim se compreende a desconfiança em relação ao candidato oficial, Eanes, e ao candidato PCP que tudo reduz a uma muito duvidosa aritmética parlamentar.

As eleições presidenciais fornecem-nos três ensinamentos fundamentais:

1.º O POVO VOTOU CONTRA O 25 DE NOVEMBRO

Apresentando como candidato o chefe militar do golpe de 25 de Novembro, a burguesia contava poder legitimá-lo com uma votação esmagadora. Tudo foi utilizado, desde as mentiras oficiais ou oficiosas que os jornais, a Rádio e a Televisão, controladas pelo Governo não pararam de difundir, às promessas demagógicas de liberdade, pão e trabalho, às calúnias sobre outras candidaturas, à propaganda corporativista do estilo de «todos somos trabalhadores» e à ameaça repetida e à violência.

Pois bem, mesmo assim, o plesbício que a direita buscava foi claro: o «grande presidente suprapartidário e nacional» não chegou a ter metade dos votos dos eleitores portugueses! O povo mostrou que não confia nos militares golpistas do 25 de Novembro!

Por mais argumentos que as forças da direita inventem, nada poderá retirar o carácter minoritário ao novo Presidente da República, nem mesmo os votos em Pinheiro de Azevedo que afirmou para quem o quis ouvir que Eanes nada tinha a ver com o 25 de Abril e para quem o soube ouvir que a «competência» de Eanes assentava nos longos meses de conspiração contra o processo revolucionário que prepararam o golpe de 25 de Novembro.

Votando contra o 25 de Novembro, o povo português confirmou o sentido antifascista do voto das eleições para a Assembleia da República. O povo, sabendo que Eanes tinha o apoio do PS e não tinha a oposição do PCP, soube não esquecer que ele tinha o apoio de todas as forças fascistas e fascizantes (ELP, MDLP, CIP, CAP, CDS, PPD, AOC-PCP (ML) e MRPP).

Na vanguarda do povo português, a classe operária deu uma resposta esmagadora, mostrando que lutará sem tréguas contra o fascismo e a recuperação capitalista: foram as centenas as freguesias de concentração operária, de Norte a Sul, onde Eanes foi derrotado.

O Comité Central do MES considera que o primeiro grande ensinamento a retirar destas eleições é a confiança na recusa firme e segura pelo povo português do fascismo e a confiança na determinação combativa do proletariado, força de vanguarda na luta contra a recuperação capitalista.

2.º O POVO REPUDIOU AS PROPOSTAS DOS SOCIAL-DEMOCRATAS E REFORMISTAS

Apoiando Eanes em nome de um inexistente consenso nas Forças Armadas e apresentando um candidato próprio em nome da luta por uma solução política irrealizável, PS e PCP viram fugir-lhe nestas eleições cerca de metade do eleitorado.

As direcções do PS e do PCP devem hoje interrogar-se acerca da «rebeldia» dos seus eleito-

res e é, no entanto, simples a explicação.

O consenso militar de que falava Soares nada tinha de democrático, já por ser um consenso sem soldados nem sargentos, já por ser um consenso com os fascistas Kaulza e Alpoim Galvão.

O suprapartidarismo de que falava Soares escondia afinal a disputa do controlo sobre o candidato em convívio com as forças fascistas e fascizantes quando se sabe que a tão apregoada recusa de alianças do PS com o PPD e o CDS lhe valeu centenas de milhares de votos nas eleições para a Assembleia da República.

A tão falada reconstrução nacional por Soares, apareceu na boca de Eanes tal qual é, como a reconstrução do poder do capital, como uma solução para a crise feita à custa e mesmo contra os trabalhadores.

A «maioria de esquerda» tão apregoada pelos dirigentes do PCP mostrou-se tal qual é, como uma política de cedências, de pactuação com os inimigos do povo, de namoro com a burguesia e, acima de tudo, como irrealizável na actual situação política.

Falando da coesão de umas Forças Armadas burguesas e da unidade do povo com essas mesmas Forças Armadas, e fazendo assentar a força política do povo exclusivamente no Parlamento e nas instituições democrático-burguesas, o PCP tem vindo a mostrar mais claramente aos olhos das massas o carácter revisionista da sua linha política.

A política de «unidade» tal como a entendem os dirigentes do PCP (como a «unidade» feita à volta do PCP) mostrou-se, igualmente, muito mais claramente aos olhos de centenas de milhares de trabalhadores que correctamente entenderam a candidatura de Octávio Pato como divisionista, como contrária à unidade popular que é necessário erguer.

A consciência do perigo que a ameaça fascista e a política de recuperação capitalista representam para as conquistas alcançadas e para os seus interesses mais imediatos como os salários, o emprego e as condições gerais de vida, por parte da classe operária, do povo trabalhador e de largos sectores da pequena burguesia, derrotou nestas eleições a manipulação demagógica da social-democracia e o controlo burocrático do reformismo.

Efectivamente, o PCP vem necessariamente confundindo meios e fins e, assim, pretendendo impor uma tática à realidade e não transformar esta através daquela. Por isso, continua a recorrer ao esquema Povo/MFA, como se o MFA ainda existisse, não apresentando uma nova perspectiva de luta no seio das Forças Armadas, e, por outro lado, a confundir a utilização do Parlamento, quando possível, para afirmação de aspectos parciais de uma política de esquerda, com a perspectiva errada do Parlamento como ponto fulcral ou até exclusivo da política de esquerda.

O Comité Central do MES considera que o segundo grande ensinamento a retirar destas eleições é o repúdio do povo trabalhador pela política dos social-democratas para se oporem ao fascismo e contribuírem para a resolução da crise em favor dos interesses dos explorados e oprimidos.

3.º O POVO QUER A UNIDADE POPULAR PARA RESISTIR E VENCER

A grande campanha política de massas que a candidatura de Otelo tornou possível, mostrou de forma clara que o povo do nosso país sabe que o único caminho seguro e certo, capaz de conduzir à vitória sobre a miséria, o desemprego, a exploração e a opressão, é o caminho da unidade.

A candidatura de Otelo foi a única que soube ligar as lutas da classe operária, dos trabalhadores rurais, dos moradores pobres, dos empregados e dos camponeses à questão política das eleições. O programa da candidatura de Otelo, programa de unidade, organização e luta foi o único programa que respondeu, na prática, às aspirações das massas trabalhadoras, o único programa que soube ligar a resposta à ameaça fascista, à recuperação capitalista, à luta pelo socialismo.

A grande movimentação de massas em torno da candidatura de Otelo, culminada com uma votação altamente significativa, tem como razão fundamental a aplicação do princípio bem simples de que a unidade faz a força. A candidatura de unidade

popular, a candidatura de Otelo permitiu unir, para objectivos precisos, forças políticas que até aí não se tinham conseguido unir e permitiu, sobretudo reunir, discutindo e trabalhando lado a lado, centenas e centenas de democratas, antifascistas e revolucionários, homens com e sem partido, que nos GDUP dão a lição mais segura de como a unidade na base se constrói e é possível.

A vitória da candidatura de Otelo está em ter sido capaz de abrir o processo que pode conduzir à unidade política das massas populares.

A votação em Otelo mostra que o povo trabalhador e, sobretudo, a classe operária, vai sentindo que tem que contar fundamentalmente com as suas próprias forças e, sobretudo, recusando qualquer programa político que não assente na sua força organizada e nas suas lutas, seja mendigando a dependência ao imperialismo, seja conciliando com a burguesia e a sua máquina repressiva.

A votação em Otelo foi obtida à custa de eleitores que até aqui tinham dado o seu voto ao PS, sobretudo nos distritos de concentração operária do Norte (Aveiro, Porto e Braga), do Sul (Lisboa e Setúbal) e em Faro, e de eleitores do ou ao PCP, sobretudo nos distritos rurais do Sul (Beja, Évora, Santarém) e na cintura industrial de Lisboa.

Tudo isto mostra que a votação em Otelo é uma votação de classe: o proletariado votou maioritariamente em Otelo. Votação que apresenta um factor positivo que é a penetração nos distritos operários do Norte e um factor negativo que é a fraca e insuficiente penetração junto da pequena burguesia e, sobretudo, do campesinato pobre, embora o caminho para o desenvolvimento seguro da penetração já existente nestes sectores tenha sido aberto de forma nitida pela candidatura de unidade popular.

Pela sua expressão eleitoral e pela capacidade de organização que já criou — as centenas de GDUP — a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho exige de todas as forças e militantes de esquerda uma correcta análise da situação política, da correlação de forças e dos efeitos dos resultados eleitorais. Nesta tarefa, mais uma vez, há que partir do correcto princípio de aprender com as massas e nelas confiar.

Ao contrário do confucionismo burguês, que se esconde atrás dos adjectivos, da direcção do PS e da arrogância, que tenta esconder a derrota, da direcção do PCP, os votos em Otelo são votos conscientes e úteis. Os votos em Otelo são votos conscientes de homens e mulheres que querem lutar contra o fascismo, contra o capitalismo e o imperialismo. Os votos em Otelo são votos úteis, são votos que lançam as bases de uma verdadeira unidade popular, são votos que tornam possíveis a criação de uma organização política de massas que será uma alternativa ao reformismo, social-democrata ou revisionista, e, sobretudo, um instrumento decisivo no combate à direita fascista e fascizante.

O Comité Central do MES considera que o terceiro grande ensinamento a retirar destas eleições é o de que a classe operária e o povo trabalhador não estão dispostos a pagar a crise, que os capitalistas criaram, nem a trocar o caminho da luta pelas ilusões e falsas promessas com que a burguesia acena.

O Comité Central do MES não obstante as condições excepcionais que se criaram neste período, considera que a candidatura de Otelo e a expressão política e de massas que ganhou são a prova segura e certa de que a direcção revolucionária para a luta democrática e antifascista é não só necessária como possível.

O Comité Central do MES chama todos os democratas, antifascistas e revolucionários a cerrarem fileiras em torno dos GDUP para que a vitória na batalha da organização seja alcançada, para que novos militantes sejam chamados à luta, para que o Congresso dos GDUP tome realidade uma organização política de massas que seja a expressão organizada da unidade popular em marcha e um instrumento capaz de garantir as vitórias que as massas populares necessitam nos terrenos da luta política, sindical e democrática.

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA!

Lisboa, 4 de Julho de 1976

O COMITÉ CENTRAL DO MES
Poder Popular 3

OPERÁRIOS DE SINES

Determinação arrancou uma vitória!

Depois da concentração frente a S. Bento dos operários da refinaria Petrogal de Sines, protestando contra a morte no trabalho (dois trabalhadores morreram no espaço duma semana) por falta de condições de segurança e assistência médica, as conversações da Comissão Central dos Trabalhadores (C. C. T.) com as entidades responsáveis, nomeadamente com o ex-Presidente Costa Gomes, resultaram positivas: os 4 médicos que prestavam serviço nas instalações daquela refinaria serão reintegrados e os serviços da Força Aérea disporão um helicóptero para auxílio de transporte em qualquer emergência.

Mas isto só foi conseguido devido à firme determinação de luta dos operários que, apesar das ameaças da polícia de choque e do major que as comandava de que interviriam caso os operários não se deslocassem da fronteira do Palácio de S. Bento, ali se mantiveram o tempo necessário até que a C. C. T. obtivesse a satisfação das suas reivindi-

cações («Refinaria, sim! Cemitério, não!»).

Durante aquela concentração, no entanto, era bem visível a raiva dos operários que, como se não chegasse terem de morrer sem assistência médica no trabalho, vêm contra isso protestar com toda a justiça e ainda por cima se arriscam a saírem feridos de confrontos que as forças policiais repressivas procuravam criar. Os trabalhadores, que a princípio não pensavam em ceder e afastar-se do palácio, («só o faremos se as forças policiais fizerem o mesmo, pois não precisamos de ser por elas vigiados») foram posteriormente obrigados a tal, face aos intentos agressivos dos «choques», e para não dar pretexto a um possível não atendimento da sua reivindicação.

Mas foi com enorme raiva que o fizeram. Viam-se operários a chorar. Sentiam estar a ser vilipendiados, humilhados. «E ainda por cima somos nós, que tudo produzimos, que sustentamos aqueles miseráveis! É isto a democracia!»

Neste momento, o trabalho, interrompido total-

mente desde o dia anterior à concentração de protesto, foi retomado. Só que a luta dos trabalhadores do complexo de Sines tem ainda outras questões para resolver (condições de trabalho, salários, refeições, alojamentos, etc — como o «Poder Popular» tem vindo a divulgar).

E a luta continua!

— APOIO E SOLIDARIEDADE NA LUTA

Enquanto os operários da Refinaria de Sines permanecerem concentrados em S. Bento, logo obtiveram o apoio dos estudantes do Instituto Superior de Economia, ali à beira, e das trabalhadoras da respectiva cantina que se apressaram a auxiliar os trabalhadores em luta facultando-lhes os serviços de refeitório das instalações do ISE.

Sobre esta manifestação de solidariedade, aprovaram os operários duas moções:

ÀS CAMARADAS TRABALHADORAS DOS REFEITÓRIOS

Nesta intensa luta que se trava entre as classes, entre os explorados e exploradores, nós estamos conscientes que só com uma

forte união entre nós explorados, venceremos.

Assim no decorrer da luta que continua saudamos e agradecemos todo o apoio que nos foi dado, tendo vocês camaradas sido incansáveis em auxiliar-nos nesta luta que continua.

Obrigado camaradas!

Unidos venceremos!
Pelos trabalhadores da Refinaria de Sines,
S. Bento 24-6-74

A Com. Central de Trabalhadores do Estaleiro Petrogal (Sines)

À DIRECÇÃO AOS ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

A participação dos estudantes nas lutas dos trabalhadores, do Povo e da Classe Operária é importante e justa. Vocês camaradas, têm que estar sempre ao nosso lado assim como nós ao vosso lado nas duras batalhas que vamos travando.

Assim no decorrer da luta que continua, saudamos e agradecemos todo o apoio que nos foi dado por vocês.

Obrigado camaradas!
UNIDOS VENCEREMOS!

S. Bento, 24-6-74

Pelos trabalhadores da Refinaria de Sines, A Comissão Central de Trabalhadores do Estaleiro Petrogal (Sines)

II CONFERÊNCIA NACIONAL DO MES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Vai realizar-se nos próximos dias 31 de Julho e 1 de Agosto, em Beja, a II Conferência Nacional do MES sobre a Reforma Agrária.

O objectivo fundamental desta realização do MES consiste em ajustar e aprofundar a linha política do partido para a intervenção na luta nos campos, designadamente na zona da Reforma Agrária.

A conferência decorrerá com a presença de camaradas de todas as regiões do País e contará com delegações alargadas de Santarém, Portalegre, Évora, Setúbal e Beja.

As conclusões aprovadas serão dadas a conhecer numa realização aberta a trabalhadores rurais, pequenos agricultores e técnicos que intervenham nos campos, a qual terá lugar na tarde de domingo, dia 1 de Agosto.

AUSTERIDADE E FESTIVAL ANDAM A GOZAR CONNOSCO!

No passado domingo, a Força Aérea deu festival, em Sintra. Perante muita gente, os ferozes «jactos» fizeram «mortais», cambalhotas e outras habilidades.

Presentes generais, coronéis e brigadeiros... Morais da Silva, Vasco Lourenço, Pinho Freire e outros, bem conhecidos do povo, (e dos páras, que não os mercenários que hoje ocupam Tancos) que não tem por hábito vê-lo a seu lado...

Gastos muitos milhares de litros de gasolina! Afirma certa «oposição sistemática» que é para compensar que a electricidade tem sido cortada hora e meia por dia...

COPINFOR

20 mil sócios, urgente!

A COPINFOR — Cooperativa Popular de Informação — nasceu dos trabalhadores expulsos da Rádio Resnascença e da sua determinação em dar continuidade a uma luta que as bombas do Conselho da «Revolução» não seriam suficientes para pôr termo. A ideia de formar uma cooperativa que seja a voz da informação popular não é nova. Quando a RR foi ocupada pelos seus trabalhadores, imediatamente estes fizeram avançar este projecto, como forma de consolidar aquilo que já era uma conquista popular.

Após a perda da voz (radiofónica) do povo trabalhador, resultado da avançada das forças da burguesia que culminaria com o 25 de Novembro, o projecto COPINFOR ganhou uma nova dimensão, passando a sua materialização a ser um objectivo imediato, como forma de manter em pé uma informação popular.

Neste momento, a COPINFOR tem como expressão pública o «19.00», semanário que sai todas as 4as.-feiras, através do qual se mantém o tipo de informação que caracterizava a Rádio Resnascença, em estreita ligação com as Comissões de Moradores e de Trabalhadores, onde se abordam os casos concretos da luta dos trabalhadores contra o capital.

A Cooperativa Popular de Informação levará a efeito sessões culturais na sua sede (rua da Imprensa Nacional 21-A, a São Bento), especialmente para os órgãos de poder popular (CMs, CTs, etc.) continuando os trabalhadores expulsos da RR a comparecer em plenários nas fábricas e nos bairros, a fim de manter os trabalhadores constantemente esclarecidos a respeito da luta que continuam a travar.

Sem o apoio de todos os que sempre estiveram ao lado da luta dos trabalhadores da Rádio Resnascença será impossível tornar a COPINFOR uma realidade. É por isso que se pede o teu apoio.

Faz-te sócio da COPINFOR!

São precisos 20 mil sócios urgentemente!

VIDEMONTE

As condições difíceis dos trabalhadores da Serra

Videmonte é uma pequena aldeia em plena serra a 19 km da Guarda.

Vive essencialmente da agricultura e do trabalho nas fábricas de têxteis nos Trinta. A maioria dos operários e operárias deslocam-se a pé desde Videmonte aos Trinta na distância de 5 km quer faça sol ou neve.

Falámos com um grupo de operários que pegaram ao serviço às 6.30 horas da manhã e o largaram às 3 horas da tarde.

Trabalham na EFILÁ, já tiveram transporte, mas foi-lhe tirado há mais de dois anos. «Quando nos tiraram o transporte disseram-nos que os outros também não tinham. Mas disseram-nos que nos davam subsídios de transporte.

Pagam-nos 2\$50 por dia. Há aqui camaradas que trabalham no Barbas, que pegam ao serviço às 11,30 da noite, e vão a pé!».

Poder Popular — Pagam-vos alguns subsídios pelo trabalho dos turnos?

Operária — Na nossa fábrica pagam-nos apenas 25 por cento, quando trabalhamos das 23,30 às 6,30 da manhã.

PP — Pagam-vos os subsídios de Natal e de férias?

Oper. — Nalgumas fábricas já pagaram, mas na do Barbas pagam a conta-gó-

tas.

PP — Recebem o salário do contrato?

Oper. — Nós não sabemos qual é o salário do contrato!

PP — Então os delegados não vos informam?

Oper. — Nós já tivemos delegado. Mas foi corrido não sabemos se foi pelo patrão ou pelo sindicato. Mas defendiam-nos!

O que agora está não foi escolhido por nós e não nos defende. Entretanto, alguns agricultores vieram juntar-se ao grupo a título de curiosidade. Integrando-se na conversa quando souberam que era uma entrevista para o jornal sobre o problema das «gentes de Videmonte».

Agricultor — Olhe amigo, nós aqui temos um mal entendido com o correio.

Nós queríamos ter o correio distribuído, ao domicílio. É um senhor da loja do comércio a quem entregam o correio.

PP — Como é que ele faz a distribuição?

Agricultor — Terão que lá ir buscar o correio, e ele dá-nos o correio conforme a disposição...

PP — E de que partido ele é?

Operária — É PPD...

Operária — Não! É daquele que ganhar. Aqui há

gente assim.

PP — Já fizeram alguma coisa para que se faça a distribuição ao domicílio?

Oper. — Não. Apenas fazemos barulho quando há reuniões da junta.

PP — Que tal a junta?

Oper. — Oh, é tudo CDS, menos um que é bom.

PP — Está aqui um amigo a dizer que o sr. prior também é do CDS...

Oper. — Oh! Esse está sempre a fazer política na Igreja. Está sempre a defender o CDS; uma vez disse que não votar é não votar no partido dele.

Oper. — Outra vez disse na Igreja, se achavam bonito um padre comunista.

PP — Mas foi verdade ele ter dito publicamente que era do CDS?

Oper. — Sim, foi do altar mais abaixo.

PP — De que é que ele vive?

Oper. — Além das aulas da Tele-escola, acho eu 7600\$00, leva dinheiro das missas, cóngruas, e outros serviços religiosos. É padre de aqui, dos Trinta, Fernão Joanes e Meios.

PP — Ele costuma tirar as boas-festas?

Agr. — Até aqui tirava, mas este ano pediu que lhe levassem a casa. Mas não foi lá quase ninguém.

PP — Acha que os agricultores deviam estar uni-

UNIDADE POPULAR EM MARCHA!

Mensagem de Otelo aos GDUP's reunidos no Instituto Superior Técnico em 5 de Julho

A candidatura de unidade popular encabeçada pelo major Otelo veio a saldar-se por um poderoso triunfo do movimento popular.

Os 800 mil votos obtidos evidenciam a maturidade política, o desejo de unidade e a firme disposição de luta de grandes sectores do povo trabalhador do nosso país.

O enorme movimento de mobilização e adesão que de Norte a Sul se desencadeou não pode perder-se. É necessário que se consolide e se desenvolva.

Para isto há que pôr de pé a organização capaz de prosseguir a luta agora iniciada. Só deste modo a candidatura de Otelo não será um fogacho ilusório, constituindo um passo importante da luta do povo trabalhador pela sua libertação.

De tudo isto estão conscientes não só os milhares de trabalhadores que apoiaram a candidatura de Otelo, mas também as organizações que apoiaram a candidatura de unidade popular e o próprio Otelo.

É assim que terminada a campanha eleitoral, o trabalho prossegue energeticamente, com vista à concretização destas tarefas.

Na própria madrugada das votações, Otelo anunciou ao País a realização, no mais curto espaço de um Congresso dos GDUP's, que deverá lançar as bases organizativas que consolidem a unidade agora realizada.

ENCONTRO DE GDUP'S

Neste plano de trabalhos se insere o encontro de GDUP's que teve lugar no Instituto Superior Técnico no passado domingo 4, presidido pelo major Otelo, e que reuniu cerca de 500 trabalhadores, homens e mulheres que, por todo o País, tiveram papel activo na dinamização e mobilização das massas em torno da candidatura popular.

Neste encontro, que não tinha carácter deliberativo — foram nomeadamente focadas as deficiências de convocação que a rodearam — fez-se um balanço da campanha e foram debatidas as tarefas que, a partir de agora, se põem aos Grupos Dinamizadores. Foi uma importante e útil troca de experiências e de pontos de vista entre militantes que, por se encontrarem empenhados na luta concreta do dia a dia, nas fábricas, nos bairros e nos campos, têm uma visão directa dos problemas que haverá que enfrentar.

No final realizou-se uma conferência de Imprensa onde foram referidas as conclusões do Encontro.

OTELO PROÍBE DE PRESTAR DECLARAÇÕES À IMPRENSA

Luis Moita explicaria a não comparência de Otelo na conferência de Imprensa por lhe ter sido vedado por parte do Estado-Maior do Exército, a possibilidade de fazer declarações aos órgãos de Informação. Note-se que isto não significa que Otelo esteja já, de novo, em situação de liberdade condicional, pois esta situação está suspensa até à publicação dos resultados das eleições. Assim a restrição agora feita afigura-se perfeitamente arbitrária. No entanto ela é natural. Muita gente ficou muito preocupada com os 800 mil votos que o Otelo recolheu. Tudo farão para tentar sufocar a enorme movimentação popular que se desenvolve. Mas não vai ser fácil calar 800 mil vozes...!

Foram finalmente referidas as decisões mais importantes do Encontro; são elas:

1. A adesão à manifestação convocada para a próxima quinta-feira 8, para o Terreiro do Paço e que tem por objectivo exigir a liberação do estudante de Coimbra Fausto Cruz.
2. Adopção de uma moção em que os GDUP's repudiam a situação de liberdade condicional em que em breve entrará novamente Otelo e decidem realizar todos os esforços para que essas medidas sejam lavantadas.
3. Decisão de realizar uma grande campanha de fundos.
4. Desenvolver todos os esforços para a realização do Congresso dos GDUP's no fim do Verão ou princípio de Outubro.



Serenamente e sem triunfalismos interessa fazer hoje um balanço do que foi esta candidatura à PR e o que representou a campanha a que ela deu origem.

Desencadeada sob o signo da unidade, conforme se encontra definido nos 14 pontos que constituem as bases programáticas, importa salientar desde já o êxito alcançado, o clima de unidade de facto em que os GDUP's de todo o País trabalharam, para que a proposta política aí contida fosse apoiada e suportada por amplas massas de trabalhadores e do povo.

Significa este acontecimento que a proposta corresponde ao íntimo desejo de uma grande parte dos trabalhadores e do povo deste País, que se sentem traídos por quem se dizia seu amigo mas que se sentiram com forças para lutar contra a escalada da direita agora mais do que nunca apostada em destruir as conquistas alcançadas desde 25 de Abril.

Assim, fica lançado um grande movimento de massas que varre o País de Norte a Sul. Acabada a campanha e passado o entusiasmo inicial, ultrapassadas as dificuldades que se nos puseram, temos de reflectir e perspectivar o futuro. É talvez mais fácil lançar um movimento do que aguentá-lo e fortalecê-lo: ficaremos a meio se não avançarmos, se não oarmos lutar para que este movimento de unidade popular se transforme e se estruture numa grande frente de massas populares.

Temos portanto de lutar. Temos de lutar contra os nossos inimigos que esperam, conspiram e avançam.

Temos de lutar contra nós próprios, contra os nossos sectarismos partidários, que podem cortar à nascença a possibilidade de fortalecer esta realidade ainda embrionária que são os GDUP's.

A resposta terá que ser encontrada da mesma forma como foi durante a campanha: indo ao encontro dos anseios profundos dos trabalhadores e do Povo deste País, sem demagogias, sem triunfalismos, com firmeza para que possa chegar a hora da libertação e para que a sociedade de que nos empenhamos em construir seja a de verdadeira democracia económica, social e política, a sociedade dos trabalhadores, o socialismo.

Também aqui teremos de contar essencialmente com as nossas próprias forças. Só que essas forças têm de ser alargadas congregando nos GDUP's e no que deles vier a resultar, todos os homens e mulheres deste País, profundamente interessados na construção dessa sociedade: os revolucionários, os democratas, os antifascistas com ou sem partido.

Concretizando: a viabilidade e a necessidade desta candidatura e a correcção



do seu programa, foram dadas pela longa adesão popular à formação dos GDUP's. Mas os largos milhares de trabalhadores que deram a sua adesão não o fizeram com a finalidade única de apoiar uma campanha, demonstraram também consciência de que a luta pela unidade popular é urgente e que estão dispostos a levá-la até ao fim.

Destá forma temos nós também de nos consciencializar de que os GDUP's constituem já hoje uma pedra fundamental na luta que nos propomos travar contra o fascismo, contra a recuperação capitalista e contra o imperialismo.

Tendo bem presente a sua importância e necessidade histórica, os GDUP's terão de se consolidar sendo para isso fundamental assegurar no seu seio a democracia e o não sectarismo partidário.

Vou mesmo mais longe, dentro do que aliás em diversas alturas tenho vindo a referir: que nenhuma organização política, globalmente ou através dos seus militantes, tente transformar os GDUP's em correias de transmissão da sua ideologia ou prática política; que se tenha sempre presente que o essencial do programa dos GDUP's se encontra contido nas bases programáticas que servirão de ponto de partida para a minha candidatura.

Que a discussão e o aprofundamento desses pontos programáticos no interior dos GDUP's e nas suas estruturas coordenadoras seja a via para o seu enriquecimento e nunca a tentativa de controlo e instrumentalização dessas estruturas unitárias em torno de linhas políticas sectárias, é o apelo que aqui solenemente deixo expresso.

Só assim os GDUP's serão uma poderosa realidade porque corresponderão, então, aos anseios de amplas massas populares.

Dar corpo a essa realidade, fortalecendo os «grupos dinamizadores de unidade popular» constitui, portanto, a nossa primeira e fundamental tarefa.

Aos GDUP's, muitas outras tarefas concretas e precisas compete desde já

iniciar para que possam ser levadas a cabo logo que as circunstâncias o permitam.

Entre estas avultam as seguintes:

— **Eleger os seus secretariados** por forma a normalizar o seu funcionamento e a institucionalizar a sua democraticidade interna. Que nos GDUP's não haja qualquer discriminação, que sejam sempre eleitos aqueles que forem considerados os melhores militantes, quer sejam independentes quer pertencem a uma qualquer organização partidária;

— **Contribuir para a sua estruturação a nível local, regional e nacional;**

— **Contribuir para a organização do Congresso**, passo fundamental para a consolidação e expansão do movimento de unidade popular em marcha;

— **Intervir nas lutas de massas que se avizinham.** Os militantes dos GDUP's têm um papel importantíssimo nestas lutas. Nos locais de trabalho e nos locais de vida, eles devem discutir com os restantes trabalhadores e com os restantes moradores os problemas mais graves dessas comunidades. Devem procurar soluções justas e realistas para esses problemas, debatidos e aprovados democraticamente pelas massas

populares. Devem, finalmente, contribuir para a organização dessas massas para a luta por melhores condições de vida e pela resistência ao fascismo;

— **Angariar fundos.** Temos a tendência para esquecer os problemas de fundos. Não posso deixar de me referir a este assunto, porque os GDUP's são um movimento pobre que não conta com subsídios de ninguém.

Para finalizar: Não nos esqueçamos nem escamoteemos as responsabilidades históricas que sobre nós agora recaem. Não nos esqueçamos do passado recente que foram os dois anos de revolução em que o movimento de massas engrossou, em que as iniciativas populares se multiplicaram, na prática, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nos locais de habitação e que a sua derrota se ficou a dever à falta de uma clara direcção política.

Teremos de reflectir sobre todas estas questões sem nos esquecermos finalmente de que, das soluções que encontrarmos, num futuro próximo, dependerá o êxito do movimento popular a que demos corpo.

A LUTA CONTINUA!

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

*Morada _____

Localidade _____

Profissão _____

JORNAL SEMANAL ... todas as 4.ªs feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I, 132, Lisboa telefone 66.26.29

Composição e impressão Renascença Gráfica S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO MES NA SUA REUNIÃO DE 3 E 4 DE JULHO DE 1976

A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS

AS TAREFAS ACTUAIS DOS REVOLUCIONÁRIOS E O PAPEL DO MES

Os resultados das eleições presidenciais no seu conjunto e em particular o expressivo resultado eleitoral obtido por Otelo Saraiva de Carvalho confirmam a correcção da análise política e táctica definidas pela última reunião do C. C. e contidas na Resolução política de 13 de Junho.

O AMPLO MOVIMENTO DE APOIO À CANDIDATURA DE OTELO E O RESULTADO ELEITORAL EXIGEM AUDÁCIA NAS TAREFAS DE ORGANIZAÇÃO DOS GDUPS

O C. C. considera que as 5 tarefas políticas imediatas apontadas na Resolução de 13 de Junho continuam actuais, exigindo, no entanto, uma mais profunda reflexão e aprofundamento.

Assim o C. C. reafirma que o êxito da táctica dos revolucionários passa, na fase actual, em primeiro lugar, pela criação de uma Organização política de massas para a qual o Congresso dos GDUPS é um passo decisivo.

Consequência e reflexo da ampla mobilização popular em apoio à candidatura de Otelo, a organização política de massas a criar é não só uma exigência resultante da votação expressa nas urnas mas principalmente um passo decisivo no caminho da construção de uma alternativa política revolucionária à crise do PC e do PS pela sua incapacidade de resposta à situação presente. A organização política de massas a criar não será nem uma frente de Partidos nem uma Frente de Massas de qualquer partido. Durante a campanha de candidatura de Otelo, milhares de trabalhadores do Norte a Sul do País, no Continente e nas Ilhas, com ou sem partido, uniram os seus esforços no levantamento do grandioso movimento popular que até aí se mantinha aparentemente adormecido.

A novidade de todo este processo, que os revolucionários não podem menosprezar ou subavaliar, consistiu em que o movimento popular engrossou organizadamente o seu caudal.

Milhares de trabalhadores levantaram a bandeira da unidade, não em slogans mas na prática, destruindo os espartilhos partidários que os dividiam, erguendo os GDUPS, avançando unitariamente em manifestações de rua, festas populares, jornadas de luta e outras realizações onde a unidade popular cresce e se agiganta, dia-a-dia, ante o receio, e depois o pavor, da burguesia e dos fascistas. Centenas e centenas de GDUPS, estão formados, reúnem regularmente, ligam-se aos problemas da classe operária e do povo e progressivamente se vão encontrando em condições de defender e ampliar as conquistas populares.

Dezenas e dezenas deles caminham para formas de coordenação, para um embrião organizativo que partindo da vontade organizada da classe operária e do povo em locais ou zonas demarcadas (trabalho, habitação, etc) têm que desaguar numa organização política de massas à escala nacional.

Dezenas e dezenas de outros deles (GDUPS)

encontram-se hoje em formação, em zonas onde o trabalho democrático e antifascista se apresentava semeado de escolhos, mas onde a campanha Popular de Otelo soube e pode destruir o medo, derrotar a resignação e o conformismo e levantar entusiasticamente a energia revolucionária das massas e o seu profundo desejo de transformações sociais. Assim, um largo campo de acção se abre aos revolucionários o campo de luta sem tréguas contra a miséria e a exploração, contra o fascismo e o capitalismo, pelo socialismo!

O C. C. considera por tudo isto que a primeira tarefa política que os revolucionários têm na sua frente é a tarefa da organização. Nunca a questão organizativa assumiu entre nós, no campo revolucionário, uma tão grande importância. Não trair a confiança que as massas depositam na edificação de uma Organização política de massas, lançando todas as energias no levantamento dos GDUPS, na sua ligação às questões concretas da classe operária e do povo, no seu funcionamento democrático e unitário, na luta pela realização do Congresso dos GDUPS. Para a sua concretização e sucesso é necessário manter uma intransigente política de unidade e vencer a timidez organizativa.

Avançar com audácia nas questões organizativas significa confiar no querer e na vontade das massas e só quem nas massas confia pode dirigir a luta popular.

Esta audácia exige entretanto que se não caia em posições vanguardistas sectárias, que se estimule a participação nos GDUPS de todos os activistas com ou sem partido, democratas ou socialistas, anti-fascistas ou comunistas, sejam civis ou militares, de todos os trabalhadores que despertam para a luta política organizada.

A condição essencial para que a organização política de massas, a criar, possa ser expressão política do profundo anseio popular de unidade é que consagre e generalize esta unidade de acção dotando-se de um programa de luta política geral, económica, social e cultural, mais elaborado e mais concreto do que o que serviu de base à candidatura de Otelo, e de uma direcção própria. Entretanto, os GDUPS, sendo na situação política actual o principal instrumento na luta pela Unidade Popular, não se confundem nem se devem substituir às organizações populares de base (Comissões de Moradores, Comissões Sindicais, Comissões de Trabalhadores, etc).



«O amplo movimento de apoio à candidatura de Otelo e o resultado eleitoral exigem audácia nas tarefas de organização dos GDUPS!». Na foto, um aspecto do grande comício de encerramento de campanha, no Terreiro do Paço

Lutemos sim para que os GDUPS, como estruturas de unidade e luta política, contribuam para a defesa e fortalecimento de todas as organizações populares de base.

ORGANIZAR A INTERVENÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS NO CONGRESSO DOS SINDICATOS

2 — O êxito da táctica dos revolucionários passa, em segundo lugar, pelo fortalecimento da corrente revolucionária no seio do movimento sindical unitário que tem no próximo congresso dos sindicatos um passo decisivo a dar na defesa da unicidade sindical contra o pluralismo e o direito de tendência, na afirmação da combatividade operária contra a colaboração de classes.

O movimento sindical, componente indissociável e importante do movimento operário e popular, toma nova e decisiva importância política numa fase da luta de classes em que a recuperação capitalista ameaça fazer pagar a crise aos trabalhadores, através de uma inflação galopante, do congelamento dos salários, de um aumento dos despedimentos e do desemprego, com dois efeitos principais:

1.º A miséria e o agravamento das condições de vida.

2.º A chantagem com a ameaça do desemprego, pela existência de centenas de milhares de desempregados, como meio de impôr aos trabalhadores a abdicação da luta contra o agravamento das suas condições de trabalho e de vida.

Ao movimento sindical cabe hoje a pesada responsabilidade de unificar a resposta à política económica de recuperação capitalista articulando a luta do operariado com a dos trabalhadores de serviços, públicos e privados, que vêem já a sua situação agravar-se e sofrerão ainda e inevitavelmente maiores agravamentos se vier a ser levada à prática a solução burguesa para a crise.

A defesa das conquistas da classe operária e do povo ao longo do processo revolucionário aberto com o 25 de Abril de 1974, e das próprias organizações populares, exige o fortalecimento da organização sindical. Torna-se portanto indispensável a intervenção, activa e organizada, dos revolucionários na defesa do carácter unitário do movimento sindical e na sua reorganização, reforçando a luta por um sindicalismo de classe, democrático e apartidário.

FORTALECER O MOVIMENTO DE MASSAS NAS ZONAS DE REFORMA AGRÁRIA

3 — O êxito da táctica dos revolucionários passa em 3.º lugar pelo fortalecimento do Movimento de massas nas zonas de Reforma Agrária, pela defesa da democraticidade, autonomia e protecção das novas organizações criadas pelos trabalhadores rurais, pelo apoio à organização e às justas reivindicações dos camponeses pobres do Norte e Sul do país.

AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

4 — O êxito da táctica dos revolucionários passa em 4.º lugar, pela conquista de posições no interior das instituições democráticas, o que exige, desde já, a preparação de intervenção nas eleições para as autarquias locais, que conduzirão ao fortalecimento das posições revolucionárias na condução da luta democrática e à eventual conquista de posições em Juntas de Freguesias, Câmaras Municipais, e órgãos regionais de carácter económico-social que sejam criadas, favorecendo a expressão alargada e organizada do poder popular local.

CONSOLIDAR A ESTRUTURA INTERNA DO MES — CONDIÇÃO IMPRESCINDÍVEL PARA AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO UNIDADE E LUTA DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS E DO MOVIMENTO POPULAR

Estas 4 grandes tarefas não podem, no entanto, ser levadas a cabo com sucesso sem que ao mesmo tempo se conduza uma política de reforço partidário do MES que permita a activa participação do nosso Partido em todas elas, a todos os níveis e em todos os momentos. É isso que nos ensina a história recente do Movimento popular de massas. O reforço partidário, ao contrário de significar menosprezo ou de conduzir ao abandono ou enfraquecimento das grandes tarefas que se colocam aos revolucionários no Movimento Popular de Massas, é uma condição para enfrentar essas tarefas com mais determinação revolucionária e maturidade política, táctica e organizativa.

O reforço partidário do M. E. S. é hoje, mais do que nunca, uma condição imprescindível para o reforço da organização popular na frente da organização política de massas, na frente sindical e na frente democrática, para o avanço e consolidação da política de unidade entre os revolucio-

nários e para a definição e aprofundamento do programa global da luta anti-fascista e anti-capitalista que há que travar no período que se estende até ao final do ano de 1976. O conjunto de todas estas tarefas e a importância do M. E. S. para a organização, unidade e luta das forças revolucionárias e do movimento popular para as enfrentar, colocam a necessidade da realização de um sério e persistente trabalho de consolidação da estrutura interna do Partido.

A iminência da criação de uma organização política de massas, muito particularmente adequada às necessidades históricas do desenvolvimento do movimento popular, tornam inadiáveis a tomada de medidas organizativas que garantam a consolidação da estrutura interna do Partido e salvaguardem a sua plena autonomia orgânica, táctica e estratégica e uma intervenção política revolucionária consequente no seio de todas as frentes organizadas de luta.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS POR UMA CORRECTA POLÍTICA DE RECRUTAMENTO, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DE QUADROS

Assim, e como consequência da actual situação o C. C. convoca a I Conferência Nacional de Quadros do MES para um dos últimos fins de semana do mês de Setembro de 1976 em Lisboa.

Os trabalhos da I Conferência Nacional de Quadros não se circunscrevem às suas sessões finais, mas devem ser entendidas como o conjunto das tarefas organizativas que, sob a direcção do C. C., se iniciam a partir da data da aprovação da presente Resolução.

A conjugação dos princípios decorrentes da doutrina marxista e leninista, consagrados nos textos estatutários e programáticos do MES, com as grandes tarefas que se colocam aos revolucionários e comunistas na actual situação política, tornam urgente a necessidade de reforçar a aplicação do centralismo democrático, instaurando uma correcta política de recrutamento, educação e promoção de quadros.

Assim, são tarefas imediatas, organizar a direcção colegial a todos os níveis, estabelecendo a responsabilização individual de todos os camaradas na execução das tarefas que lhes cabem, estimular o funcionamento pleno das células partidárias e de todas as estruturas do topo à base; instaurar uma correcta política de recrutamento, educação

e promoção de quadros, chamando os quadros proletários à plena participação em todos os níveis de direcção, adaptando as estruturas de direcção à vida e ao trabalho dos camaradas trabalhadores e fundamentalmente dos quadros proletários; tornar o órgão de massas do MES, o «Poder Popular», um verdadeiro organizador colectivo, fazendo dele a actividade mais importante da vida das organizações do Partido, assegurando a sua elaboração à escala nacional e fazendo da sua discussão e venda militante actividades privilegiadas; estabelecer uma actividade regular de formação de quadros em todas as estruturas com a realização periódica de reuniões de célula para a discussão de doutrina marxista e leninista, levando a cabo seminários sobre temas específicos, fomentando o estudo colectivo e a coesão ideológica dos quadros do Partido.

Os trabalhos da I Conferência Nacional de Quadros consistirão, no fundamental, no aprofundamento e aplicação dos princípios decorrentes da doutrina marxista e leninista que foram aprovados no II Congresso Nacional do MES.

Lisboa, 4 de Julho de 1976
O Comité Central do Movimento de Esquerda Socialista (MES)

A iminência da criação de uma organização política de massas, muito particularmente adequada às necessidades históricas do desenvolvimento do movimento popular, tornam inadiáveis a tomada de medidas organizativas que garantam a consolidação da estrutura interna do Partido e salvaguardem a sua plena autonomia orgânica, táctica e estratégica e uma intervenção política revolucionária consequente no seio de todas as frentes organizadas de luta.



EANES - na Presidência um amigo... dos capitalistas, claro!

Ramalho Eanes é o 14.º Presidente da República Portuguesa. Surgiu no primeiro plano da cena política ao comandar o golpe militar de 25 de Novembro.

Muito tem sido escrito sobre ele pela imprensa dos mais variados quadros, cada um descrevendo-o da forma que melhor sirva os respectivos desígnios.

Quem é este General Eanes?

UMA ACÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Passemos muito brevemente em revista os principais actos políticos até agora realizados pelo general.

— Chefia do golpe do 25 de Novembro, o qual, digam o que disserem os aliados arautos da burguesia, constitui a mais pesada derrota sofrida, desde o 25 de Abril, pelas massas trabalhadoras em luta pela sua libertação.

— Reestruturação das Forças Armadas que consistiu fundamentalmente em separar os soldados do povo, tornando-os «operacionais» para disciplinadamente reprimir esse mesmo povo caso os generais assim o ordenarem. Lembremos que a parte mais bem armada das tropas será formada por «profissionais»/mercenários.

A este respeito, referiu Pinheiro de Azevedo recentemente na TV: «Eu distinguo-me do general Eanes porque, se defendo a disciplina e a ordem, não desejo a repressão.»

— Prisão de Otelo, por sua decisão pessoal, «por que assim o entendiam» — segundo afirmaria autocraticamente no Conselho da Revolução.

NEM 24 DE ABRIL NEM 24 DE NOVEMBRO

Na campanha eleitoral Eanes produziu grande quantidade de afirmações onde é clara a preocupação de tranquilizar toda a gente.

Prometeu todos os chavões da «hora portuguesa actual»: Democracia, liberdade (igual para todos), socialismo (à medida do homem português!). Entre elas insistente repetição do propósito de cumprir a Constituição. Isto só por si

não é significativo. Que candidato não faria tal promessa?

Outras ideias-mestras da campanha Eanes obrigam a uma análise mais profunda.

A REVOLUÇÃO ESTERILIZADA

Eleito Presidente, Eanes largou de imediato o sorriso que o «Expresso» lhe aconselhava. Foi com ar circunspeto, em tom de quem despêde vendedores de enciclopédias, que Eanes respondeu às perguntas dos jornalistas presentes na Gulbenkian na tarde da passada segunda-feira.

«Aqueles que sonham com o regresso ao 24 de Abril de 74 ou ao 24 de Novembro de 75 estão à partida condenados pelas leis» — esta uma afirmação sintomática. Eanes, se não é propriamente um fascista, não é também certamente um Presidente com quem os trabalhadores possam contar.

Os ataques que lhe moveu a célula do PCP quando esteve na televisão, terão deixado marcas profundas...

E das suas afirmações ressalta a grande preocupação de legalismo, de «construção do estado de direito», de «proibição de poderes paralelos ou de qualquer tipo de actividade insurreccional, venha ela de onde vier», tendo o general definido como tarefa prioritária «a estabilização política».

Eanes é um homem, que supõe possível, no silêncio dos gabinetes, no apuro dos Estados-Maiores, planejar calmamente a reconstrução do País, decidir o que é melhor para o povo, o que ele deve ou não deve, o que ele pode ou não pode fazer.

Não admira pois o seu horror às movimentações de massas e à luta de classes. A energia e a imaginação, a alegria e a dinâmica dos trabalhadores em luta aterrorizam este militar, ensinado a exigir soldados apurados e papéis em ordem, e que decidiu que será ordeiramente, com umas leis que o políticos farão, e sob a sua «superior e incorruptível direcção» que se avançará para uma sociedade mais justa, «tendo em conta os interesses dos trabalhadores e empreendedores».

ÁRBITRO

Autoritarismo e paternalismo são características que Eanes já evidenciou. A função de árbitro, que julga poder vir a desempenhar e que se liga à afirmação da natureza conciliável dos interesses dos explorados e exploradores — «os interesses são apenas divergentes teoricamente e em princípio, mas poderão ser convergentes, sobretudo se as leis fizerem com que isso aconteça» —, encerra os maiores perigos, que a direita não deixará de explorar. Ela parte do pressuposto de que é possível ficar de fora (e acima) da luta de classes. Ora isso não é possível.

De facto, a divisão da sociedade em classes, o antagonismo dos seus interesses, a exploração e a dominação de uma classe por outra não são invenções de esquerdistas, nem manobras do Alentejo para dificultar a tarefa do senhor general. E não há lei que altere isto.

É por isso que não é possível ficar de fora. Tem de se tomar partido. Ou se está de um lado ou se está do outro. E aqueles que não quiserem compreender isto serão inevitavelmente levados a, em nome do legalismo, da ordem, e de outros valores, abstractos, servirem os interesses dos exploradores e a reprimir as lutas do povo.

Além destas teses — que eram afirmadas pelo Estado do Trabalho Nacional de Salazar — contrariam frontalmente o espírito (e a letra) da Constituição. Não afirma logo o artigo 1.º que a República portuguesa se encontra empenhada «na sua transformação numa sociedade sem classes?». E não acrescenta o artigo 9.º, alínea c) que «as tarefas fundamentais do Estado (...) abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem?».

A ideia de «unidade nacional» obriga à ambiguidade — contrariamente, mais uma vez, ao que se encontra expresso na Constituição! — na definição da sociedade a construir: «um modelo prático que tenha em vista os interesses do país e das classes trabalhadoras» — afirma o P.R. Modelo prático para os patrões ou para os trabalhadores?

É certo que Eanes assu-



me certos compromissos em relação aos trabalhadores: «a reconstrução não se fará contra os legítimos interesses dos trabalhadores. Far-se-á com eles e para eles». Assim o general parece querer demarcar-se de alguns dos seus mais negros apoiantes... no entanto é de temer que tais afirmações não passem de meras declarações de intenção, a esquecer muito comodamente na primeira ocasião em que os trabalhadores não queiram colaborar com os «empreendedores...».

Então se verá o que significam as palavras de Eanes.

Significarão mandar a GNR ocupar fábricas ou os comandos passar buscas a cooperativas, a PSP despejar moradores pobres de casas que estavam desocupadas há anos? Isto já aconteceu na Sanimar, na Tomé Feteira, no Alentejo bem como em muitas casas, em Lisboa, Porto e muitos outros lugares. Sempre em nome do cumprimento de leis, da protecção de direitos dos que sempre exploraram e oprimiram o nosso povo...

E há boas razões para pensar que assim vai continuar a ser... a alegria da

direita aí tem a sua justificação.

A tentação autoritária ressalta em algumas outras afirmações:

«Todas as medidas de recuperação nacional, que vieram melhorar a sorte dos trabalhadores não serão antipopulares, a não ser na aparência. Elas só serão impopulares para aqueles que não queiram que este País ultrapasse rapidamente a crise».

Quanto a «margem de actuação política que sobra para uma oposição, ou se poderá haver uma oposição imediatamente apodada de antipatriótica ou antidemocrática», o Presidente eleito referiu que «há um programa e há a sua aplicação prática, podendo acontecer que nesta haja falhas». «Assim — disse — devem ser criticadas e na medida em que elas existam deve haver oposição que até será patriótica. Eu falava de uma oposição diferente, a sistemática, apenas porque um determinado grupo não fazia parte do Governo. Há pois a oposição ponderada face às medidas adoptadas e há a oposição sistemática motivada apenas porque determinado grupo não faz parte do Governo».

Ora cabe aqui a pergunta: quem arbitra? Quem decide se a medida é antipopular se a oposição é a «construtiva ou patriótica?». E a que política levam estas teses?

Noutro passo Eanes dá uma aache, metendo no mesmo saco o terrorismo reaccionário que as organizações fascistas/separatistas dos Açores e Madeira impõem e a experiência revolucionária que as massas trabalhadoras vivem no Alentejo, ao porem de pé a Reforma Agrária, Eanes afirmaria:

«Determinados grupos têm conseguido intimidar as populações e inibir as forças da ordem. Mas estes grupos, separatistas ou confucionistas serão neutralizados quando as nossas autoridades passarem a ter uma actuação mais decidida».

Pergunta-se: os confucionistas de Évora e Beja serão os 34,82 por cento e os 32,80 por cento respectivamente que votaram Otelo? Ou abrangerão também os 19,65 por cento e 25,64 por cento que votaram Paço?

Julgará Eanes que resolve este «problema» com uma «actuação decidida das autoridades?».

OTELO DESMENTE EANES

«Homens que se apresentam com uma áurea de incorruptibilidade, tecnicamente óptimos oficiais, perante mim estão hoje de tal forma degradados que eu já não posso aceitá-los de nenhum modo. E nem posso aceitar essa áurea de incorruptibilidade e de

honestidade que dizem que esses homens têm.

Eu dou-lhe um exemplo muito concreto:

Em 27 de Novembro, eu estava muito tranquilamente a beber um café com os camaradas do COPCON, estávamos a fazer um rescaldo dos acontecimentos quando

houve uma denúncia de alguém — que não é um camarada, é evidente — que foi a Belém denunciar que eu estarei numa reunião com outros militares a preparar-me para ir para Tancos, para agarrar a situação e comandar os pára-quedistas. Tudo



Continua na pág. 9

Os trabalhadores não foram na conversa do P.C.P.!

· Ao longo de toda a campanha eleitoral o PCP asectou baterias contra a candidatura de Otelo (uma candidatura de unidade e avanço do movimento popular), procurando por esse processo limpar o terreno e possibilitar «uma forte votação em Octávio Pato». Só que as massas trabalhadoras já estavam escaldadas com falsas promessas de maiorias de esquerda que não vieram a verificar-se. Já tinham verificado que afinal o voto no PCP nas eleições legislativas não foram tão útil quanto aquele partido apregoara.

As massas distinguiram claramente quem procurava unir o povo e quem, com manobras sectárias, era, de facto, divisionista. Por isso de Norte a Sul os trabalhadores apoiaram Otelo, acorreram a saudá-lo, mobilizaram-se como já não se via desde o 25 de Novembro, procurando de novo, numa forma unitária e independentemente dos seus partidos, ganhar a iniciativa e avançar contra este travão do processo revolucionário.

O PCP não entendeu esta disposição popular (ou não a quis ver), apresentou um candidato partidário e os resultados estão à vista.

A candidatura de Pato foi um fracasso. As próprias bases do Partido Comunista se desmobilizaram da candidatura divisionista e votaram Otelo. E isto representa uma grande vitória dos trabalhadores portugueses e constitui uma grande lição de maturidade política e de desejo de unidade.

Ao PCP caberia retirar os ensinamentos dos seus erros. Mas o que é estranho é que, em vez disso, continue os seus ataques encarniçados ao movimento popular que gerou e apoiou a candidatura de Otelo, ainda por cima insinuando caluniosamente que ela faria parte da estratégia actual da direita e que contribuiu para desagregar o movimento popular.

O que a realidade demonstra é, no entanto, bem diferente: Otelo, a sua candidatura e o seu programa, conseguiram unir e mobili-

zar para a luta um número tão alargado de trabalhadores que fez com que em zonas fundamentais para o processo revolucionário em Portugal, zonas de forte concentração de sectores avançados do proletariado português, a votação na esquerda (Otelo+Pato) seja superior a 60 por cento, número muito acima da percentagem do PCP nesses distritos nas últimas eleições para a Assembleia da República.

Se o PCP quer insistir em que esta votação veio favorecer a direita (pensando, é claro, apenas nos seus magros resultados e em termos de aparelho, isto é: só o PC é que seria obstáculo à direita) então que tire a única conclusão possível: a sua opção tática para estas eleições fracassou por completo. Se a posição do PCP saiu enfraquecida, como diz a nota divulgada sobre os resultados das eleições pela sua Comissão Política, a culpa apenas pertence à sua própria política. Assim, seria ele e só ele o único responsável pela situação que segundo o PCP, veja-se lá, é agora mais favorável à direita!

· E porquê?

«Quando o PCP afirmou que só uma maioria de esquerda e um governo de esquerda com socialistas e comunistas poderiam garantir o desenvolvimento correcto do processo democrático e defender as grandes conquistas da revolução contra a ofensiva dos grandes capitalistas e latifundiários, estava a indicar as únicas forças capazes de travar e vencer um tal combate.» (editorial do «Avante!» posterior às eleições):

«Não é de admirar, assim, que Octávio Pato em conferência de imprensa na Gulbenkian logo tenha dito que o PCP não tinha de se auto-criticar pela apresentação e ida às urnas da sua candidatura, mas eram sim os trabalhadores comunistas que teriam votado Otelo, «levados pela demagogia e as falsas esperanças dos verbalistas de esquerda»,



Terá Pato votado em Pato?

que necessitavam de ser esclarecidos já que «não ouviram os avisos que lhes foram feitos, dirigindo-se para uma candidatura enganosa».

«Candidatura enganosa», segundo o PCP mas que no entanto a realidade demonstrou traduzir o desejo popular de conter a direita, segundo a própria expressão de O. Pato naquela mesma conferência.

· Mas o mais grave é o que transparece nas posições oficiais do PCP acerca da organização política de massas que necessariamente resultará da progressiva articulação e coordenação dos GDUP's e que responderá no plano da organização ao resultado obtido pela candidatura de Otelo.

Os dirigentes e publicistas do PCP afadigam-se agora já não a denegrir mas a caluniar as posições revolucionárias e o movimento popular de massas!

Assim o editorial do Avante (órgão oficial do PCP) pela primeira vez que tenhamos dado conta, cita o MES, afrontando o mais elementar senso político, colocando-nos no campo das forças anti-comunistas. Os dirigentes do PCP perderam a razão com esta afirmação de exacerbado «orgulho de Partido» na justa medida em que a nossa prática desde a pri-

meira hora buscou a mais intransigente defesa das conquistas da Revolução, da democracia, do Socialismo e do Comunismo.

Sabem-no, ao contrário dos dirigentes do PCP, os seus militantes revolucionários, que sempre se encontraram com os militantes do MES lado a lado nas mais duras lutas contra a reacção e o fascismo do Norte ao Sul do país, no Continente e nas Ilhas.

E tanto mais perigoso e grave para o campo da esquerda são estas tomadas de posição do PCP quando coincidem com as tomadas de posições dos partidos de direita e dos seus órgãos de Imprensa.

Assim não deixa de ser alarmante a coincidência das teses sustentadas, por exemplo, pelo jornal «Tempo» no Editorial do seu último número com aquelas que António Alberto Braga sustenta num artigo do «Diário» «combater o oportunismo, defender a democracia» do dia 6 de Julho.

Resposta de Eanes

· Ambas as teses apontam o perigo do movimento suscitado pela candidatura de Otelo e insinuam as suas «semelhanças com os movimentos fascistas» e com as «manobras do imperialismo» para minar as bases da Revolução e da Democracia.

Se de parte do semanário «Tempo» não seria de esperar maior largueza de vistas ao analisar o fenómeno de massas que a

DIVISIONISMOS...

· Durante toda a campanha eleitoral o PC não parou de atacar Otelo, o que tanto mais estranho se tivermos em conta que não fez quaisquer ataques aos candidatos de direita.

Um dos argumentos era o do **divisionismo**. Argumento que agora, com os resultados eleitorais à vista, se torna um pau de dois bicos. É que — como dizia Otelo em conferência de Imprensa — o divisionista é o que tem menos votos. E Pato não teve sequer metade dos votos de Otelo...

Assim, foi penoso assistir aos malabarismos verbais do candidato do PC, tentando justificar o injustificável.

Toda a argumentação PC parte de um pressuposto falso que é o de que só o PC é a esquerda. Assim Otelo torna-se direita, para estes senhores que chegam ao ponto de afirmar que foi o eleitorado que votou mal e que, talvez, deva amanhã fazer autocrítica (é espantoso, mas foi dito por O. Pato às duas e tal da manhã na conferência de Imprensa que deu na Gulbenkian).

Assim conseguem também afirmar que a candidatura de Otelo nada trouxe ao processo revolucionário, quando é evidente que a votação obtida foi superior a alguma que o PC alguma vez tenha sonhado obter. E mais: se somarmos os 16,52 por cento de Otelo aos 7,58 por cento de Pato (para nós o PC continua a ser esquerda, pesem embora todas as manobras contra-revolucionárias que vem desenvolvendo), obtemos mais de 24 por cento de votos na esquerda, o que significa um acréscimo de 7 por cento em relação aos resultados de Abril. É fantástico que para o PCP esta evolução signifique retrocesso!

Só uma razão explica isto: é que para a direcção do PCP, os interesses do partido são diferentes e estão acima dos interesses dos trabalhadores. E é assim que durante toda a campanha, e agora mesmo que ela termina, o PC não hesitou em fazer um ataque cerrado ao estratega do 25 de Abril, ao homem e à candidatura que conseguiu, pela primeira vez neste processo político realizar uma real unidade dos trabalhadores, para além das divergências partidárias. Os 16,5 por cento são indimentáveis!

BEJA-ÉVORA — PATO DIVIDE A ESQUERDA E DÁ VITÓRIA À DIREITA

· Quem é divisionista? Quem divide quem?

· Temos alguns exemplos claros. Évora e Beja são dois dos distritos onde a votação à esquerda é mais expressiva. Ora, quem ganhou nestes distritos? Foi Ramalho Eanes. Embora longe dos 50 por cento, Ramalho Eanes foi o mais votado. E isto porque? É que o candidato Pato, tirando votos a Otelo, dividindo a votação de esquerda, veio a dar a vitória do candidato da direita.

Évora: Eanes, 36,03 por cento; Otelo, 34,82 por cento; Pato, 19,65 por cento.

Beja: Eanes, 34,59 por cento; Otelo, 32,80 por cento; Pato 25,64 por cento.

Afinal, quem divide quem?

· A campanha de Otelo constituiu, já de parte do órgão oficiais do PCP seria de esperar ao menos mais respeito pela história e pelas realidades da nossa Revolução.

De facto a derrota do PCP nestas Presidenciais não coincide com a derrota do Movimento Popular de Massas. O contrário poderia ser sustentado se o PCP fosse a vanguarda organi-

zada da classe operária e do povo explorado e oprimido. Mas, mais uma vez, os factos provaram que assim não é, e só o sectarismo próprio da maior inteligência teórica e política pode levar o PCP a persistir nos seus ataques à nascente organização política de massas que é uma exigência e uma condição para que a Revolução avance e triunfe.

Continuação da pág. 8

isto era pura invenção!
· Era uma denúncia falsa!

· Mas isto motivou que o comandante das operações do posto de comando se tivesse deslocado, com base nessa denúncia, ao Forte do Alto do Duque para dar voz de prisão aos meus camaradas que estavam ali comigo.

Eu afirmei-lhe que estávamos ali muito normalmente a conversar, a fazer um rescaldo dos acontecimentos.

Respondeu que não. A posição irreductível. E que face à informação que tinha, que era extremamente categórica, que os golpistas não podiam correr riscos... pelo que os meus camaradas tinham que ser detidos.

E deu-me a palavra de honra, o comandante das forças deu-me a palavra de honra de que era só por uma questão de dois dias, que iriam para uma unidade da Região Militar de Lisboa e lá ficariam até que o problema dos páras em Tancos se resolvesse.

Mas depois desta palavra de honra toda, os camaradas, nesse mesmo dia, foram num avião militar, com as armas apontadas, para Custóias.

E depois, entre Custóias, CICAP, Caxias e Santarém, estiveram cinco meses presos!

· Portanto quando um militar, que era aquele militar que eu conhecia e se chama Ramalho Eanes, deu a sua palavra de honra... a partir desse momento eu não mais poderia confiar nele.

um camarada, que foi a Belém fazer a falsa denúncia — Eanes invocou o seu testemunho.

Vasco Lourenço confirmaria que Eanes não assumira tais compromissos, embora reconhecendo que ficara decidido que as averiguações se fariam o mais rapidamente possível o que não sucedeu pois «não foram tão rápidas como seria desejável».

OTELO:

Sobre este assunto, aproveitámos a visita de Otelo à Copinfor na segunda-feira para lhe per-

guntar o que tinha a dizer sobre o assunto:

· «Mantenho tudo quanto disse» — afirmou Otelo, categórico.

«Quanto ao testemunho do Vasco Lourenço, francamente era difícil arranjar alguém que estivesse mais comprometido com o gen. Eanes. É decididamente um testemunho de pouco valor. Entretanto posso afirmar que assistiram à conversa todos os militares que vieram a sofrer a ordem de prisão e ainda outros camaradas. Todos eles poderão confirmar as minhas palavras.»

CABO VERDE A luta continua!

O Movimento de Esquerda Socialista saúda calorosamente o povo de Cabo Verde e a sua vanguarda revolucionária, o PAIGC, no primeiro aniversário da independência, conquistada após uma dura e prolongada guerra de libertação, conjuntamente com o povo irmão da Guiné-Bissau, e que contribuiu decisivamente para a libertação do próprio povo português.

Nesta nova fase da luta, a da reconstrução nacional e da unificação dos dois povos, os revolucionários portugueses continuam a acompanhar o esforço do povo de Cabo Verde e a firme direcção política do PAIGC, na certeza de que as metas políticas, sociais e económicas apontadas

serão alcançadas com a mesma coragem e determinação que o levou à vitória contra a opressão e a exploração colonial.

Os revolucionários portugueses sabem por outro lado que podem contar com a mesma atitude de solidariedade internacionalista na sua luta pela unidade do movimento popular desencadeado pelo 25 de Abril, para levar o povo português à vitória sobre as forças da reacção e do imperialismo, que se opõem à sua libertação.

A LUTA CONTINUA!

Lisboa, 5 de Julho de 1976

A Comissão Política do Comité Central



Ao chegar à cidade da Praia, Samora Machel saúda Aristides Pereira. Para os povos de Moçambique e de Cabo Verde, A LUTA CONTINUA

Todo o apoio à luta do povo de Timor!

O Comité Central da FRETILIN eo Conselho de Ministros do Governo da República Democrática de Timor Leste, reunidos em Sessão Extraordinária a 28 de Maio de 1976, aprovaram uma Carta dirigida aos Parlamentos e Governos de todos os Países do Mundo, a fim de expor a actual situação na República Democrática de Timor Leste, que se transcreve na íntegra:

«Ai se afirma, nomeadamente:

«Desde o momento em que o Povo de Timor Leste caminhou resolutamente para a sua Libertação, a Indonésia através do regime fascista e expansionista de Suharto procurou por todos os meios influenciar e determinar a descolonização que Portugal levava a cabo. Deste modo, desde o início da descolonização, Portugal assumiu posições de compromisso com o expansionismo da clique militar, fascista encabeçada por Suharto que de assalto tomou o Poder em 1956 na Indonésia assassinando cerca de um milhão de cidadãos indonésios indefesos e inocentes e mantém actualmente nos seus campos de concentração mais de cem mil prisioneiros políticos — TAPOL.

«Imediatamente a seguir à

Proclamação da Independência, a Indonésia invade a capital da República Democrática de Timor Leste em 7 de Dezembro de 1975.

«Desde essa data em que as Forças Armadas do Governo da Indonésia efectuaram uma invasão maciça por terra, mar e ar, o Povo de Timor Leste sob a direcção da FRETILIN vem opondo uma heróica resistência à guerra de agressão e extermínio movida pelo regime militarista, fascista e expansionista de Jakarta.

«Este acto sem qualificação movido por Suharto e sua clique é um atentado que transgride todos os princípios universalmente aceites e consagrados na Carta da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados bem como é uma afronta aos Povos de todo o Mundo, às Forças Progressistas, Democráticas, amantes da Paz e do Progresso.

«Em 19 de Dezembro de 1975 a XXX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas votou através da resolução n.º 3485/75 a retirada das Forças Indonésias do Território de Timor Leste. Em 22 de Dezembro de 1975, o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a resolução n.º 384/75 em que se exigia a «Retira-



Militares do exército colonial que aderiram à Fretlin

da Sem Demora» de «Todas» as forças indonésias do Território de Timor Leste. Em 22 de Abril de 1976,

O Conselho de Segurança aprovou a resolução n.º 389/76 exigindo a «Retirada sem mais demora» de todas as forças indonésias do Território de Timor Leste.

«Não obstante o repúdio e a condenação que a Comunidade Internacional tem tomado, a Indonésia numa clara transgressão, desrespeito e provocação vem aumentando diariamente os seus efectivos militares quer em homens quer em material no território da República Democrática de Timor Leste.

«A situação interna na República Democrática de Timor Leste é, na verdade, grave de tal forma que constitui objecto de preocupação de toda a Comunidade Internacional. Diariamente, os bombardeamentos são frequentes. O desrespeito à vida humana é uma prática corrente. A violação dos direitos fundamentais do Homem, da Mulher e da Criança é um facto. Nas zonas ocupadas militarmente pelos soldados indonésios, o Povo vive em regime de terror. Nas zonas libertadas — a FRETILIN

controla actualmente cerca de 85 por cento do Território — os campos de produção e os centros sanitários são diariamente alvo de bombardeamentos da artilharia e da aviação que faz uso de armas biológicas (NAPALM) e de destruição maciça.

«O Povo de Timor Leste, o Comité Central da FRETILIN e o Governo da República Democrática de Timor Leste estão a desenvolver todos os seus esforços para que o Governo da Indonésia retire imediatamente e sem mais demora todas as suas forças do Território da República Democrática de Timor Leste, única condição para que a Paz volte a reinar no Território banhado de sangue de Timor Leste.

«O Povo de Timor Leste, o Comité Central da FRETILIN e o Governo da República Democrática de Timor Leste estão confiantes de que os Parlamentos e Governos de todos os Países do Mundo não ficarão indiferentes às atrocidades e às barbaridades cometidas contra o Povo de Timor Leste pelas Forças Armadas do Governo da Indonésia e face à campanha de falsidades e mentiras difundidas pela clique assassina de Suharto.

ILIBAÇÃO IMEDIATA DE FAUSTO CRUZ!

Manifestação na quinta-feira

A luta continua pela liberação imediata e definitiva de Fausto Cruz.

Este camarada depois de dois meses preso sem julgamento, foi libertado pela resposta conjunta dos estudantes da Academia de Coimbra e dos trabalhadores que massivamente se manifestaram pela sua libertação.

Hoje, os tribunais burgueses dizem-se incompetentes para julgar o caso, lançando-o de novo no foro militar.

Adiante reproduzimos excertos do comunicado emitido pela Comissão de luta, de Coimbra.

c A resposta dos estudantes da Academia de Coimbra foi imediata: a paralisação nos dias 7 e 8 de Julho e a realização de uma grande manifestação em Lisboa no dia 8 de unidade e luta dos estudantes e trabalhadores.

O Secretariado Estudantil da ORL apela à participação de todos os militantes, aderentes e simpatizantes do MES e de todos os trabalhadores no sentido de fazer deste dia uma grande jornada de luta e unidade entre os trabalhadores e os estudantes.

Todos à manifestação dia 8 5.ª feira às 18 h 30 no Terreiro do Paço.

Os estudantes de Coimbra continuam a luta que tinham iniciado há dois meses, pela libertação do colega Fausto Cruz. Fausto Cruz foi preso há três meses, aquando da realização de um comício do CDS em Coimbra, por lhe ter sido encontrada uma navalha. Esteve dois meses sem julgamento. Perdeu o ano por faltas. Ao abrigo de um decreto do CR que considerava uma simples navalha como uma arma de guerra pondo-a ao mesmo nível de uma G3 ou uma granada. Enquanto ele continuava na

prisão sem julgamento, eram libertados fascistas provocadores do CDS, portadores de bombas, que na Mealhada espancaram um colega nosso da faculdade de economia militando do PS. Ao mesmo tempo que continuavam a ser postos em liberdade pides e notórios fascistas, agentes e pilares do antigo regime.

Em resposta a essa situação os estudantes e a população de Coimbra mobilizaram-se, fizeram uma grandiosa manifestação, exigiram e obtiveram a libertação do Fausto Cruz. O

CR alterou o seu decreto, Fausto Cruz saiu em liberdade condicional, o MEIC resolveu-lhe o problema escolar. Estas foram vitórias indiscutíveis da nossa luta. Porém as forças de direita, que durante todo este processo apostavam na dificuldade de os estudantes conduzirem unitária e capazmente a sua luta, ligando-a a uma luta mais geral do povo trabalhador, não desarmaram.

O seu julgamento marcado para o dia 14 de Julho não se realizou porque o decreto que o abrangia não tinha ainda sido publicado no Diário da República — (que pressa em libertar pides e reacçãoários, que lentidão em corrigir manifestas injustiças!).

Finalmente previsto para dia 8/6/76 o seu julgamento, sabemos agora que tão cedo não o querem realizar. O senhores juizes descobriram — só agora — que não tinham competência para julgar Fausto Cruz invocando para tal um artigo da Constituição. Mas tinham-na para marcar e adiar sucessivamente o julgamento, como o fizeram, apesar da Constituição já estar em vigor desde o dia 25/4/76...

Neste momento, nem o

foro civil nem o militar se consideram competentes para julgar o nosso colega. Gera-se assim um conflito de competências que mais não pretende do que conduzir a nossa luta a um beco sem saída.

A razão de ser da Constituição bem como do Art.º 32, n.º 7 que serviu de pretexto para esta medida, é a de proteger e beneficiar os cidadãos. Objectivamente esta tomada de posição, nem protege nem beneficia de modo algum Fausto Cruz.

Assustados perante a mobilização unitária de trabalhadores e estudantes que é necessário continuar, e perante a responsabilidade e consciência cada vez mais profundas deste movimento e dos seus objectivos, as forças de direita pretendem com esta medida arrefecer e desmobilizar os estudantes nele empenhadas.

Face a esta situação os estudantes de Coimbra, decidiram ir manifestar a Lisboa, com estudantes e trabalhadores, a sua firme determinação em prosseguir esta luta até ao fim, para além das manobras de diversão.

A COMISSÃO DE LUTA

Instituto Superior Técnico

Vitória da esquerda!

No Instituto Superior Técnico realizaram-se as eleições para a Direcção da Associação. Integradas num processo de normalização da vida escolar e depois dum processo idêntico em relação à eleição da C. Directiva, estas eleições permitiram o isolamento por parte das amplas massas estudantis das perspectivas incorrectas (anarquizantes e aventureiristas) de trabalho bem como mostrar o claro repúdio pelas perspectivas da última direcção (demitida há mais de um ano) perspectivas controleristas e de manipulação partidária do movimento estudantil.

A significativa votação nas forças democráticas e progressistas e a aprovação de um programa em que se consideram como questões essenciais a reestruturação progressista da escola, o combate à selectividade e a aprovação de métodos de trabalho críticos e participativos e por fim a importância fundamental do processo de ligação do movimento estudantil à luta dos trabalhadores é uma importante vitória das forças progressistas

LISTA A	793	Por uma Associação democrática, unitária e representativa (JS e Lambertistas)
LISTA B	815	Pelo reerquer de um MA antifascista e anti-imperialista. Pelo funcionamento democrático da escola, por transformações progressistas no ensino! Pela ligação à luta dos trabalhadores! (MES, UDP)
LISTA C	442	Por um ensino ao serviço da independência e da democracia (AOC, PPD)
LISTA D	222	Unidade, democracia, apartidarismo
LISTA E	401	Por uma associação de todos os estudantes (UEC)
LISTA F	46	Por uma associação democrática e de massas (MRPP)

OS RESULTADOS ELEITORAIS ATRAVÉS DE ALGUNS NÚMEROS

I — Eanes tem o apoio de 45,8 % do eleitorado É um Presidente minoritário!

PERCENTAGENS FACE AO TOTAL DOS ELEITORES RECENSEADOS

	TOTAL	EANES	OTELO	AZEVEDO	PATO	ABSTENÇÕES BRANCOS ENULOS
	%	%	%	%	%	%
Aveiro	100	57,2	5,3	12,1	2,0	23,4
Beja	100	25,3	24,0	5,2	18,8	26,7
Braga	100	57,1	6,6	15,4	2,2	18,7
Bragança	100	55,8	2,2	7,7	1,9	32,4
C. Branco	100	55,1	8,2	6,3	2,7	27,7
Coimbra	100	47,7	6,4	9,3	2,9	33,7
Évora	100	28,9	28,0	7,6	15,8	19,6
Faro	100	36,9	17,3	10,2	5,4	30,2
Guarda	100	59,1	3,0	7,5	1,7	28,7
Leiria	100	55,4	6,6	7,1	3,2	27,7
Lisboa	100	40,2	18,0	9,2	7,8	24,8
Portalegre	100	43,4	12,8	9,9	11,2	22,7
Porto	100	48,3	9,3	18,2	4,1	20,1
Santarém	100	42,6	13,1	9,5	5,9	28,9
Setúbal	100	23,0	32,3	7,4	14,4	22,9
V. Castelo	100	53,2	4,9	10,5	2,7	28,7
V. Real	100	54,1	2,7	7,5	2,0	33,7
Viseu	100	55,9	2,7	9,0	1,3	31,1
A. Heroísmo	100	59,3	2,5	6,0	1,2	31,0
Horta	100	61,9	2,3	7,3	1,9	26,6
P. Delgada	100	41,5	1,4	13,0	2,5	41,6
Funchal	100	53,3	6,6	11,9	1,8	26,4
TOTAL	100	45,8	12,2	10,7	5,6	25,7

A grande manobra da burguesia que pretendia uma grande votação em Eanes que lhe permitisse invocar a «legitimidade democrática» para agir contra as conquistas do Povo falhou rotundamente. Eanes não conseguiu ter o apoio da maioria do eleitorado. Mais de metade dos eleitores recenseados não votaram no candidato que dizia ter o consenso nacional! Apesar da campanha de

Eanes e a sua promoção política se ter iniciado muito antes da abertura da campanha eleitoral, utilizando os poderosos meios de comunicação (Imprensa, Rádio e TV) que servem os objectivos da burguesia, a manobra fracassou e Eanes é um Presidente da República minoritário: apoiado apenas por 45,8 % do eleitorado. Enquanto mais de 25 % dos eleitores recusaram apoiar qualquer dos candidatos, Otelo

conseguiu mais de 12 % de votos, o que, na actual situação política do nosso país e com os fracos apoios organizados de que dispunha em comparação com os outros candidatos, é uma importante vitória, que mostra que a construção de uma alternativa revolucionária, à direcção revisionista do movimento popular de massas está em curso e fortalece-se dia a dia.

II — A candidatura de Otelo provocou importante avanço da esquerda — + de 20 % a nível nacional

AUMENTO DOS VOTOS CLARAMENTE DE ESQUERDA

Aveiro	+ 53%
Beja	+ 3%
Braga	+ 50%
Bragança	+ 4%
C. Branco	+ 37%
Coimbra	+ 12%
Évora	+ 7%
Faro	+ 46%
Guarda	+ 14%
Leiria	+ 24%
Lisboa	+ 20%
Portalegre	+ 6%
Porto	+ 36%
Santarém	+ 16%
Setúbal	+ 11%
V. Castelo	—
V. Real	+ 4%
Viseu	+ 12%
A. Heroísmo	+ 73%
Horta	+ 267%
P. Delgada	+ 120%
Funchal	+ 181%
TOTAL	+ 20%

Os resultados das eleições para a Presidência da República representam um importante avanço da esquerda. Se compararmos os votos de esquerda (PC, FSP, PRT, LCI, MES, UDP) em Abril com os votos agora alcançados por Pato e Otelo, verificamos um aumento significativo (20 % de aumento nacional). Só em dois distritos (Bragança e Guarda) se deu uma baixa (foram mais fortes as perdas do PC que os aumentos da esquerda revolucionária).

Isto demonstra que a candidatura de Otelo permitiu o reforço da esquerda, que como se vê pelo quadro foi particularmente importante nas ilhas, e nos distritos mais industrializados do Norte e Centro do País, em Lisboa e no Algarve.

III — O eleitorado do PC e do PS discordou das decisões das cúpulas e desobedeceu

Os resultados das eleições mostram importantes perdas por parte do PC e do PS, incapazes de imporem ao seu eleitorado as suas palavras de ordem e apoios. A imprensa burguesa e as forças de direita têm salientado apenas o que se refere ao PC, que realmente perdeu para Otelo e o seu programa mais de metade dos seus votos de dois meses antes. Mas, a realidade é que também o PS viu cerca de metade do seu eleitorado negar-se a votar Eanes. Enquanto 10 % dos anteriores votantes no PS votaram agora em Otelo, 28 % deles votaram em Azevedo, (considerámos que três quartos dos votos de Azevedo vieram do PS, o que de modo algum constitui exagero. A campanha do almirante foi toda ela dirigida ao eleitorado do PS, utilizando ex-militantes deste Partido e conseguindo habilmente dosear aspectos antifascistas e de denúncia do avanço da direita com posições anticomunistas), o que representa 38 % dos votos do PS para a Assembleia da República. Se adicionarmos a esta percentagem, a parte de eleitorado do PS que agora se absteram ou votaram nulo ou branco (e que são uma importante fatia) concluímos que cerca de 50 % daqueles que haviam votado no PS se recusaram a votar em Eanes. Assim, verificamos que aos ganhos globais da es-

PERDAS DO PC E DO PS

	Parte dos anteriores eleitores do PC que votaram Otelo	Parte dos anteriores eleitores do PS que votaram Otelo	Parte dos anteriores eleitores do PS que votaram Azevedo	Parte dos anteriores eleitores do PS que votaram Otelo ou Azevedo
	%	%	%	%
AVEIRO	38	10	35	45
BEJA	50	4	14	18
BRAGA	42	10	40	50
BRAGANÇA	24	—	33	33
C. BRANCO	52	10	16	26
COIMBRA	56	3	22	25
ÉVORA	59	6	21	27
FARO	55	20	21	41
GUARDA	35	—	27	27
LEIRIA	48	8	22	30
LISBOA	57	14	21	35
PORTALEGRE	44	4	20	24
PORTO	47	10	38	48
SANTARÉM	57	8	23	31
SETÚBAL	62	17	20	37
V. CASTELO	52	—	39	39
V. REAL	32	1	28	29
VISEU	36	3	37	40
A. HEROÍSMO	—	7	18	25
HORTA	—	8	19	27
P. DELGADA	—	3	36	39
FUNCHAL	—	24	45	69
TOTAL	54	10	28	38

querda nestas eleições correspondeu uma perda considerável de influência por parte do PS e do PC, devido à enor-

me importância política no movimento popular da candidatura de Otelo e da acção dos GDUPs.

IV — De onde vêm os votos em Otelo

ORIGEM DOS VOTOS DE OTELO

	Parte dos votos de Otelo vindos do eleitorado anterior da esquerda revolucionária	Parte dos votos de Otelo vindos do eleitorado anterior do P. C.	Parte dos votos de Otelo vindos do eleitorado anterior do P. S.
	%	%	%
AVEIRO	28	24	48
BEJA	18	78	4
BRAGA	30	25	45
BRAGANÇA	81	19	—
C. BRANCO	28	36	36
COIMBRA	28	57	15
ÉVORA	14	81	5
FARO	20	39	41
GUARDA	96	4	—
LEIRIA	28	43	29
LISBOA	18	58	24
PORTALEGRE	21	68	11
PORTO	22	40	38
SANTARÉM	21	59	20
SETÚBAL	12	73	15
V. CASTELO	41	59	—
V. REAL	57	34	7
VISEU	57	27	16
A. HEROÍSMO	—	—	62
HORTA	—	—	100
P. DELGADA	42	—	58
FUNCHAL	27	—	73
TOTAL %	21	55	24

Como se vê neste quadro, mais de metade dos votos da candidatura de Unidade Popular para o Socialismo, do maior Otelo, vieram de anteriores eleitores do PC e cerca de um quarto desses votos de anteriores eleitores do PS. Tal facto representa também uma grande vitória da candidatura do 25 de Abril que conseguiu larga influência nos trabalhadores que apoiavam o PS e o PC; hoje uma tarefa fundamental consiste em transformar esses trabalhadores, de votantes em activistas dos GDUPs, organizando-os em redor do Programa de Candidatura de Otelo, conjuntamente com milhares de outros camaradas com ou sem Partido, para que se caminhe decisivamente para a Frente de Massas antifascista e anticapitalista pelo qual nos batemos com determinação.